



**A COR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO:  
um recorte da análise das concepções dos professores sobre o sistema de  
cotas para negros**

Bruno Cezar Figueredo\*

Fátima Aparecida da Silva Iocca\*\*

**RESUMO**

Este artigo aborda a temática do Sistema de Cotas para Negros na UNEMAT e teve como objetivo analisar as percepções de dois professores da instituição *Campus* de Sinop quanto às implicações observadas ou presenciadas em relação ao aluno cotista, e conseqüentemente, decorrências de questões adjacentes a temática étnico-racial. A pesquisa parcial apresentada aqui segue a abordagem qualitativa, com questionário aberto e estruturado. Concluiu-se, que a discussão concernente a temática é tímida na universidade, poucas vezes sendo situadas nas práticas de aula, incitadas pelos dispositivos acadêmicos e de departamentos.

**Palavras-chave:** Políticas Afirmativas. Sistema de Acesso. Ensino Superior.

**1 INTRODUÇÃO**

Discutir as questões étnico-raciais, as políticas públicas afirmativas, propriamente para o negro no Brasil, deve ser resultado de um intenso esforço epistemológico e metodológico. A discussão deve abarcar e pressupor a conjuntura história que explica a condição do negro antes, durante e depois do processo de escravização, independente de qual seja o contexto, porque a situação de desigual do negro tem um fator peculiar a todas as sociedades desde o início da exploração africana no século XV e XVI.

---

\* Acadêmico do 7º Semestre do curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

\*\* Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora concursada em Biologia Geral/Metodologia de Ensino do *Campus* Universitário de Sinop.

Os movimentos negros africanos desde o início do século XX, os norte-americanos mais fortemente a partir da década de 60, e os eclodidos no Brasil a partir da década 80, resultaram em pressões políticas consistentes e acabaram por se configurar em direitos civis, reconhecimento e emancipação política, de identidade cultural, de visibilidade no cenário das políticas afirmativas.

Sob essa perspectiva, o sistema de ação afirmativa para negros da UNEMAT, em vigência desde o segundo semestre de 2005, cujo critério de seleção é auto declaração, é analisado parcialmente aqui, dado que professores e alunos compõem o universo amostral da pesquisa integral, somente a perspectiva dos professores será considerada para fins desta análise, abordando uma das onze perguntas do questionário respondido por dois professores.

## **2 UM RECORTE DA INFLUENCIA DA HISTÓRIA AFRICANA**

Está comprovado através de pesquisas científicas e evidências de amostra de DNA mitocondrial, que a África Oriental foi o berço biológico da humanidade a cerca de 200 mil anos atrás. Deste espaço e demografia, partiram as primeiras tribos e conjuntos de pessoas para as diversas regiões do planeta.

Estudar e procurar compreender o contexto socioeconômico, educacional, cultural etc. da população negra no Brasil demanda referenciação e aproximação epistemológica ao continente africano, onde todas essas dimensões e processos têm uma base histórica, presumível, porém, muito complexa: “[...] para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno.” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 13).

A partir do século XVI desenvolve-se no mundo um novo sistema geoeconômico que perpassava a travessia do atlântico e estruturava-se na comercialização de matérias-primas e escravos, além da colonização e a conquista de territórios. Manter a balança comercial favorável de um país neste contexto, na acumulação de metais preciosos, significava manter ou expandir a sua influencia para dominação ou exploração econômica, cultural, religiosa, e neste contexto, o continente africano era alvo da cobiça de potencias, americanas, européias e de impérios internos à própria África, já que também se beneficiava do tráfico de escravos.

Apesar da dimensão territorial do continente africano em relação à densidade demográfica, as pessoas formavam diversos grupos étnicos, clãs, tribos, até impérios bem estruturados no contexto dos séculos XV e XVI. Como consequência destas diversas unidades étnicas, e da partilha africana em 1880, a situação deste continente era como se fora um

vulcão instável na perspectiva cultural e linguística, pressupondo que as relações diplomáticas naquele contexto eram quase inexistentes.

O sistema de escravização atingia principalmente a população de mulheres e crianças, já que as mulheres podiam ter múltiplas funções, desde o uso no trabalho no campo e doméstico, garantirem a procriação para o processo da servidão, ainda eram abusadas sexualmente (ALBUQUERQUE; FILHO, 2005). As crianças, apesar de terem a língua materna para dificultarem o processo, eram mais dóceis, adequadas a aculturação, mas em suma, o início do processo da exploração africana pelos europeus, ficou conhecida como escravidão doméstica, e a funcionalidade do negro ia do serviço no campo à ser produto de comercialização.

Tudo indica que algumas comunidades africanas, ao compará-las com suas vizinhas, tiraram proveito do tráfico de escravos. Conseguiram conservar sua capacidade de resistência ao explorar a fraqueza de outras comunidades. [...] o tempo suficiente para implementar sólidos sistemas econômicos, nos quais o crescimento demográfico aumentava a produtividade e garantia o desenvolvimento. (AJAYI apud AJAYI, Ed., v. 6, 2010, p. 06).

No entanto, para algumas etnias a luta pela sobrevivência passava pelo crivo da escravidão. Dada as condições territoriais, culturais, climáticas e dos diferentes modos de exploração e produção neste continente, muitos povos migravam continuamente entre regiões e a servidão como ofício arbitrário, determinado pelos seus senhores, era tida como estratégia de sobrevivência.

A cor, até antes do processo de subjugação africana pelos europeus, não desempenhava função determinante para discriminação dos povos negros, com bases na categorização do belo e do feio, bom e do mal, das cores, do social. O status de escravo fazia, até então, o papel de sustentação das práticas de servidão e estabelecimento da hierarquia de seus dominadores e senhores, tanto que o historiador Knight, com contribuições de Yusuf Talib e Philip D. Curtin escreve em **A diáspora africana**<sup>1</sup> (apud AJAYI, v. 6, 2010, p. 876) “[...] o estatuto de escravo não era hereditário; houve exemplos nos quais africanos foram capazes de manter a coesão da sua cultura em interação com aquela dos seus anfitriões.”

A introdução de vários povos da África no Novo Mundo fez surgir culturas e populações diversas, que influenciaram o curso das histórias dos povos das Américas pela perspectiva cultural, da língua, da agricultura, dos mitos e religiões, das economias, dos valores e da miscigenação étnica das comunidades presentes aqui, e ainda sofrem as

---

<sup>1</sup> Capítulo 28 da sexta (6ª) coleção da História da África (2010, p. 875).

conseqüências do negro africano feito escravo antes e depois do contato com os europeus, e mais simbolicamente após a abolição da escravidão no Brasil em 1888.

### **3 REVIRANDO A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL EM BUSCA DA SITUAÇÃO DO NEGRO: sob análise de Carlos Hasenbalg<sup>2</sup>**

Parece haver uma tendência ascendente no âmbito ciência sociológica e histórica de maximização do fator patológico nas condutas dos negros do período do escravismo, em que pela exploração dos senhores das grandes plantações e engenho, cidade e comércio – principalmente de regiões colonizadas por povos ibéricos cuja cultura peculiar - os escravos iam assumindo um papel estanque na perspectiva histórica, que explicariam sua condição perpetuada, e hoje se configuraria nos discursos que se apóiam na cultura da vitimalização, de homens negros submissos, dependentes, de subclasse, infantilizados cujas ações eram dadas como uma das conseqüências patológicas e etc.: “[...] se a experiência da escravidão levou a formas patológicas de adaptação social e psicológica, e em que medida a “patologia” social escrava foi transmitida de geração em geração, como traço subcultural negro [...]” (HASENBALG, 2005, p. 54).

As concepções que sustentam que as condições dos negros são resultantes da patologia social e psicológica desenvolvida no escravismo, como algo cultural que residiu na história até atualmente, dão ênfase e significações aos fatores potenciais de competências e o caráter meritocrático que regulam e justificam as hierarquias entre brancos e negros, explicitando as contradições de um ciclo de desigualdades históricas e de discriminações, já que, dificilmente se atinge o estado de competência sem experientiação das habilidades – estágio de um dos processos negados aos negros.

As explicações de dominação de raça e de classe que atribuem pesos diferentes aos aspectos coercitivo, remunerativo e moral das relações de poder [...] podem estar diferentemente combinadas em épocas e lugares particulares as variações entre os sistemas escravistas do Novo Mundo são testemunho da diversidade dessas possibilidades (HASENBALG, 2005, p. 54).

Logo pressupõem-se, que o escravismo planejado, implementado pelas nações européias, é que produziu o racismo enquanto prática ideológica, moral e de sustentação de objetivos econômicos, que distinguia os homens a partir de seus estádios e estados cultural

---

<sup>2</sup> Hasenbalg (2005) cientista social que estuda as questões étnico-raciais e as desigualdades que sofrem grupos minoritários no Brasil. Em seu livro *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil* (2005), procura situar o negro e sua condição a partir de cenários histórico, moral e econômico - partindo da perspectiva de análise sociológica.

cujas sua efetivação prática estava no inatismo de inferioridade e superioridade biológica, fez surgir a categoria raça e tempos depois a categoria etnia. A primeira cuja força de significação estava no escravismo e implicava em submissão, a segunda no pós-emancipação, cuja significação estava identificação cultural e auto-afirmação dos povos negros.

Tanto raça como etnia são comumente empregados no intercurso social, a partir da década de 1980 onde os movimentos negros se fizeram em visibilidade no Brasil, se anunciaram enquanto termos imbuídos de significação política, ideológica e cultural.

Primeiramente usadas pelos europeus para designar as pessoas de pele mais escura, depois, influenciado pelas pesquisas das ciências naturais, passa a designar às pessoas com características biológicas inferiores, justificando a escravidão e a submissão. E num terceiro momento, é usada pelos movimentos sociais, como autodesignação de um povo, nas suas lutas e recuperação da autoestima (TROIAN, 2010, p. 39).

Na citação acima denota-se como a semântica está para corresponder às transformações de um contexto, e o meio de efetivação é a linguagem. Neste contexto, a citação refere-se à palavra raça e suas variações, são óbvias que essas variações, em grande maioria, somente são produtos efetivos e de grande alcance quando seus efeitos são convenientes à grupos de interesse, seja por livre iniciativa ou por pressão da sociedade civil organizada, como fora os movimentos negros, mais efetivamente a partir de 1980.

#### **4 AS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS: implicações dos movimentos negros**

A luta dos movimentos negros é histórica e perpassa tanto a causa de libertação política, de emancipação do sujeito negro, de identificação deste como grupo ou povo cuja peculiaridade perpassa militância por visibilidade do negro, de melhores condições sociais, de equidade nas oportunidades profissionais, nas ascensões e mobilidades de renda e classe, de afirmação enquanto povo dotado de uma cultura, de um ideário e da possibilidade de problematizar e quebrar com o paradigma da inexistência do racismo.

Na América Latina, propriamente no Brasil, os movimentos coletivos de visibilidade dos objetivos negros, é efetivamente reconhecidos pela sociedade brasileira a partir de 1930, com a FNB – Frente Negra Brasileira, porém, estavam voltados para os interesses *in loco* ou nacional, e em todos os movimentos civis negros tinha como peculiaridade reivindicativa a educação formal.

Iniciativas de militantes e ativistas negros que desencadearam movimentos políticos desde 1930, e mais efetivamente a partir de 1980 que resultaram em maior visibilidade e

possibilidades para construção da identidade cultural negra atualmente, seja pela elaboração e ‘implementação’ de políticas públicas e afirmativas focalizadas de ressarcimento histórico, dado a perpetuação da condição desigual em relação a população branca, principalmente nos âmbitos sócio-educacionais e profissional, além de direitos, ao menos abstratos, assegurados constitucionalmente, e leis punitivas e de repressão a prática racista.

As ações afirmativas, são medidas de compensação elaboradas dentro da perspectiva das políticas sociais, são um dos direitos reivindicativos configurados dos movimentos negros. Essas políticas de promoção por afirmação (PAA) começaram a ser desenvolvidas no Brasil no ano de 1990 “[...] lei n. 8.112/90 define reserva de 20% das vagas para portadores de deficiência física em concursos públicos.” (NEVES; LIMA, v. 12, 2007, p. 24).

### **3 CONCEITUANDO OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

No que concerne ao campo de pesquisa com os docentes da UNEMAT – *Campus* de Sinop, foi aplicado um questionário - com onze questões abertas e estruturadas, foram enviadas as solicitações de contribuição para registro/resposta do questionário a todos os professores lotados no campus, inclusive os que estavam afastados para qualificação ou e outras condições, reiterou-se a solicitação por três vezes, inclusive personalizadas, e obteve-se o retorno de nove professores via endereço eletrônico ou o e-mail.

A aplicação dos questionários ocorreu no segundo semestre de 2012 e início de 2013, considerando aqui, que não subtraiu-se a condição de muitos professores que se viram inviabilizados, dado o contexto de suas pesquisas, estudos, tarefas cotidianas, e muitos até se comprometeram – mais por outros motivos, também não responderam.

O Foco neste artigo é a análise de uma das onze questões do questionário aplicado com dois dos nove professores, que participaram da pesquisa para monografia intitulada “Análise da política de ação afirmativa desenvolvida pela Universidade do Estado de Mato Grosso: conjuntura e implicações<sup>3</sup>”, cuja temática versava sobre a prática discriminatória - seja ela por condição de ser beneficiário do sistema, por cor/raça, ou condição sócio-econômica ou cultural - por parte do acadêmico do não cotista e do cotista, e se os professores já tinham presenciado situações equiparadas a essas ou se estavam interados das discussões concernentes a temática dentro da sala de aula. A relevância de enfatizar essa questão para análise neste artigo está na intenção de buscar indícios sobre como a ideia da harmonia racial, da igualdade racial, pode implicar na orientação das percepções dos professores, dos seus

---

<sup>3</sup> Monografia a ser apresentada no 7º semestre de Pedagogia, no ano 2013.

olhares, do seu envolvimento ou não, e que conseqüentemente desemboca na discussão ou não do sistema de cotas para negros.

#### 4 ANÁLISE DOS REGISTROS DOS PROFESSORES

Tratar de políticas públicas promocionais é estar num terreno movediço, em que o que é ‘concepção’ agora pode ser tornado percepção sob determinada problematização mais tarde, e quanto mais e melhor a hibridização de conhecimentos e informações maior a possibilidade de pensar medidas que ataquem não somente a dimensão de um problema da sociedade, mas que para além de atacar com eficiência sua proposta também implique nas questões adjacentes e subjacentes a problemática, neste caso, as condições sócio-educacional e profissional desiguais para o negro.

E é nesta condição de complexidade que a temática étnico-racial ocasiona, considerando que a negligência desta discussão parece levar a sociedade ao retrocesso, até porque perpetua hierarquias simbólicas se remetendo ao anacronismo, que as “[...] as ações afirmativas vêm impulsionando releituras sobre as relações raciais e sobre o próprio Brasil.” (SANTOS, 2011, p. 37).

Neste contexto, a décima questão do questionário aplicados com os professores, abordava, se, na prática profissional dos professores no universo institucional, já teriam observado ou percebido discriminação por parte de um aluno não-cotista contra um cotista, seja ela por condição de ser beneficiário do sistema, por cor/raça, ou condição sócio-econômica ou cultural. Logo, pressupunha, que os professores que corresponderiam assertivamente com a questão conheceriam seus alunos de modo a saberem quais eram os cotista e não cotistas em sala, e quando no mínimo, supunham. Então é pertinente registrar que, dado a recorrência de sete dos nove professores terem relatado nunca presenciar ou perceber discriminação no universo institucional, pode ser pelo fato destes professores não (re) conhecerem quem seriam os cotista.

**(01) Professor(a) P1:** Até o momento nunca presenciei tal fato e nem ouvir falar em nenhum momento. Aliás, devo aqui deixar apontado que se eu tive alunos através de cotas, nem mesmo fiquei sabendo, porque pra mim, dentro da sala de aula são todos iguais [...].

No registro do Professor P1 há uma intencionalidade positiva, da equidade, pelo menos na condição discursiva e das relações sociais e de tratamento humano, no usufruto de

um bem público – que é a universidade, mas dado que a prática da discriminação étnico e racial tende a se configurar por meios complexos, maquiados ou sutis, é justamente no ver o outro como integrante do todo, que se deveria se pensar e problematizar a funcionalidade do igual como unidade diferencial, e múltiplo em si mesmo.

Há também a possibilidade, de que a maioria dos professores que responderam o questionário, registrando nunca perceber a prática discriminatória na universidade, estivessem, de certo modo, impregnados ou sob resquícios do ideal da harmonia racial, da igualdade racial – pressupondo o sistema de cotas para negros, e que conseqüentemente e naturalmente, impliquem em olhares não voltados para as diversas formas de configuração da discriminação, considerando sua sutilidade e maquiagem. A discussão ou não das políticas de ações afirmativas, propriamente o sistema de cotas para negros, seria conseqüencial de todo esse processo.

Portanto, é sabido que tratar apenas sobre o sistema de cotas na universidade com os alunos e professores, cujo ciclo se abre e se fecha na aceitação ou não do sistema, é estar reforçando por meio de uma discussão o protocolo do ‘politicamente correto’. Portanto, é pertinente que a discussão não seja fragmentada e descolada da história africana e afro-brasileira, considerando suas implicações. Por vezes, os professores universitários sabendo da complexidade da temática, acabam por se omitirem no tratar e no intervir nessas questões, mesmo tendo observado ou até mesmo presenciado a discriminação, ora por falta de conhecimento, ora por falta de didática, ora porque pensa ter que se igualar a condição dicente já que a discussão é inédita para ambos, a negligência pode ser a “válvula de escape”.

Apesar da complexidade das relações raciais no campo no entendimento social para as outras dimensões estruturais da sociedade, no campo da discriminação e das desigualdades propriamente raciais, há um delineamento bastante eficaz e claro, quando o negro se destaca por aptidões culturais e promove sua aceitação, onde as interações são marcadas por horizontalidade, ideal de igualdade, e que Santos (2011, p. 42) vai tomar de Sansone (1996) o termo “áreas moles” para representação, e ao mesmo tempo, nos momentos em que verticalidade, hierarquias sócio-educacionais, profissionais são tomadas como um dos critérios de diferenciação e seleção, os estereótipos são perpetuados e acabam por configurarem em discriminação ou desvantagem focalizada, também representada por “áreas duras”.

As distinções entre as áreas moles e duras envolvendo a valorização ou não do pertencimento racial, a definição do sistema de posições (mais ou menos hierarquizadas) quando a raça regula as relações e os comportamentos dos

envolvidos em cada contexto (o que também contempla vocabulários utilizados, entre outros aspectos). (SANTOS, 2011, p. 44)

Dado que, esse conjunto de fatores, podem implicar na não discussão da questão étnico-racial, das políticas públicas a grupos historicamente discriminados nos espaços educacionais, especificamente na universidade, e conseqüentemente, para perpetuação da fragmentação da história afro-brasileira.

No entanto, dependendo da forma como o debate das políticas públicas afirmativas, propriamente para negros, é abordada e explorada, pode sim resultar em um desfecho de contribuição para cristalização de novos estereótipos, adequados aos parâmetros das estruturas do *status quo*. Na análise do segundo registro/resposta do Professor P2 é afirmado nunca ter observado o ato discriminatório em relação ao cotista, mas é registrado por ele(a) discussão anunciada no âmbito nacional, cujo discurso anti-cotas versava sobre a “perda de qualidade” das universidades e faculdades brasileiras.

**(02) Professor(a) P2:** [...] os cotistas não tendem a apresentar distinções sociais em sala de aula. Alias, para ilustrar: em uma ocasião, a sala de aula estava discutindo sobre a questão das cotas, quando falaram sobre ‘perda de qualidade’. Solicitei que se levantassem os alunos que tiraram entre 9 e 10 na minha ultima avaliação. Depois, solicitei que se levantassem os alunos cotistas. Todos os cotistas estavam no primeiro grupo, que incluía mais dois não cotistas [...].

Entretanto, mesmo que a discussão do discurso anti-cotas que permeou a ‘perda de qualidade’ das instituições educacionais com entrada do cotista tenha ocorrido no cenário nacional, se focado sob análise isolada, desemboca sim em discriminação étnico-racial porque supostamente os argumentos se pautam em preconceitos e deduções tendenciosas, e passam longe da orientação com base em pesquisas com qualidade estatística e funcionalidade social.

O certo é que é possível inferir muitas vezes, com base numa série de interpretações que pode se anunciar do Professor P2, e racionalizar a subjetividade aí é um papel que não se pretende aqui.

A maioria dos professores trataram as questões concernentes a temática étnico-racial, as desigualdades e as políticas de afirmação para negros, quase sempre em um camada estratosférica destas noções, ou seja, de forma abrangente. E os departamentos, extensões, colegiados e personalidades dos cursos tem papel crucial em proporcionar possibilidades de aproximação dos professores na significação e discussão da temática, quando no mínimo,

incitar ou até conclamar seus agentes para uma maior interação das decisões internas da instituição.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de as questões abordadas neste artigo estarem voltados para uma pergunta específica do questionário aplicado com os professores da UNEMAT que responderam a solicitação do registro/resposta, pode-se influir que há uma carência de discussão, de entendimento, das implicações que podem sofrer e promover cotistas e não-cotistas.

Portanto, a discussão sobre o sistema de cotas na universidade parece estar dependo de uma causa maior, de prática de discriminação explícita e que se configure, ou que, em suma, não há causa e problemas concernente à discussão, e parece denotar que estar garimpando com o olhar e observação do professor é estar quebrando com certa harmonia social e racial, além do politicamente correto, e que conseqüentemente, implica ou não da discussão da temática na universidade.

A aceitação ou não do sistema de cotas deve ser consequência última da discussão na universidade, e não da sua carta de apresentação. Ser a favor ou contra as cotas raciais em uma condição inicial, é estar perpetuando o ciclo que historicisa a situação desigual do negro, que se fecha e se abre sobre si mesmo, é estar reforçando por meio de uma discussão o protocolo do ‘politicamente correto’.

A também que se pressupor que, dada a complexidade da temática os professores universitários acabam por se omitirem no tratar e no intervir nessas questões, mesmo tendo observado ou até mesmo presenciado a discriminação, ora por falta de conhecimento, ora por falta de didática, ora porque pensa ter que se igualar a condição dicente já que a discussão é inédita para ambos, a negligência conceitual, política e da história negra é reforçada.

### **EL COLOR DE LA UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE MATO GROSSO: un recorte del análisis de las concepciones de los profesores sobre el sistema de cuotas para negros**

#### **RESUMEN<sup>4</sup>**

---

<sup>4</sup> Traduzido pela professora Fátima Aparecida da Silva Iocca.

En este artículo se aborda el tema de las cuotas del sistema para los negros en la UNEMAT y tuvo como objetivo analizar las percepciones de dos profesores del campus de Sinop cuanto las implicaciones presenciadas u observadas en relación a los estudiantes cuotistas, y por lo tanto, las consecuencias de las cuestiones relacionadas con la temática étnico -racial. La investigación parcial presentada aquí sigue un enfoque cualitativo, con cuestionarios abiertos y estructurados. Se concluyó que el debate sobre la temática en la universidad es tímida, rara vez se encuentra en las prácticas del aula, alentado por los dispositivos académicos y los departamentos.

**Palabras clave:** Políticas Afirmativas. Sistema de Acceso. Educación Superior.

## REFERÊNCIAS

- AJAYI, J. F. Ade. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, J. F. Ade (Ed.). **História da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Tradução: David Yann Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-26.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Trad. Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- KNIGHT, Franklin W.; TALIB, Yusuf; CURTIN, Philip D. A diáspora africana. In: AJAYI, J. F. Ade (Ed.). **História da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Tradução: David Yann Chaigne et al. Brasília: UNESCO, 2010. p. 875-904.
- NEVES, Paulo S. C.; LIMA, Marcus Eugênio O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas, **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Dez. 2011.
- PROFESSOR(A) P1.** Professor(a) P1: questionário. [20 dez. 2012]. Entrevistador: Bruno Cezar Figueredo. Sorriso, MT, 2013. 1 f. Questionário respondido para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o Sistema de Cotas para negros na UNEMAT.
- PROFESSOR(A) P2.** Professor(a) P2: questionário. [07 dez. 2012]. Entrevistador: Bruno Cezar Figueredo. Sorriso, MT, 2013. 1 f. Questionário respondido para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o Sistema de Cotas para negros na UNEMAT.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP; Brasília, DF: ABPN, 2012. Disponível em: <<http://ennufba.files.wordpress.com/2012/11/midia-e-racismo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TROIAN, Maria Luiza. **Formação profissional dos afro-brasileiros**: um estudo a partir da trajetória de vida de alunos dos cursos técnicos da Escola Técnica Estadual de Sinop, MT. 2010. 120 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.